

# Os espaços públicos centrais como unidades de preservação do patrimônio. Estudo de caso de Barra Mansa, no Rio de Janeiro

## Public Spaces in central area as heritage preserving units. Barra Mansa case study, Rio de Janeiro

Helena Vilela Santos<sup>1</sup>

hevsantos@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Maria Cristina da Silva Schicchi<sup>1</sup>

cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**RESUMO** – Este estudo tem como objetivo a análise das transformações dos espaços públicos centrais da cidade de Barra Mansa, Rio de Janeiro. Privilegia-se a discussão das políticas de preservação existentes no Brasil, a construção de uma base teórica sobre preservação de espaços públicos e conjuntos e o estudo da história e das características do uso e ocupação do entorno, para então diagnosticar o conjunto e sua relação com a cidade. Como resultado pretende-se construir parâmetros que possam contribuir para a preservação dessas áreas, evidenciando, em particular, o valor patrimonial dos espaços públicos.

**Palavras-chave:** espaços públicos, gestão patrimonial, Barra Mansa.

**ABSTRACT** – This study aims to analyse the transformations in the public spaces located in the core of Barra Mansa, Rio de Janeiro. It highlights the discussion of preservation policies already used in Brazil, in order to (i) built a theoretic basis over the preservation of public spaces and ensembles and (ii) study of the target ensemble history, the features related to the use and occupation of the surrounding and its relation with the city. As a result this investigation aspires to build parameters that may contribute to the preservation and rehabilitation of the areas under study and highlight the heritage value of city's public spaces.

**Keywords:** public spaces, Barra Mansa, heritage management.

---

### Introdução

O artigo 1º da Carta de Veneza, de maio de 1964, sobre o patrimônio cultural discorre sobre a criação arquitetônica isolada, bem como sobre o sítio urbano ou rural como testemunhos de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Desta forma, estende-se não só às grandes criações, mas também às obras mais modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. A partir desta definição, o que se concebe como patrimônio, ou a prática da conservação não se limitou mais apenas à preservação de um monumento, mas foi incorporando ao longo do tempo desde conjuntos edificados a práticas culturais (patrimônio imaterial). O âmbito de discussão amplia-se novamente a partir da discussão do conceito

de Paisagem Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1992, que engloba a forma de preservação de conjuntos edificados à paisagem natural, estabelecendo-se em diferentes sub-categorias (UNESCO, s.d.).

Neste sentido também, desde 1975, a Declaração de Amsterdã já considerava que o “patrimônio compreende não somente as construções isoladas de valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural” (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975, p. 1) e ainda que:

*O que hoje precisa de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os*

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Prédio da Reitoria Rod. D. Pedro I, km 136, Pq. das Universidades, Campinas, SP, Brasil.: 13086-900

*da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975, p. 3).*

Ou seja, há apenas 40 anos uma carta patrimonial reconheceu o espaço urbano, ou conjuntos compostos por edificações e seus entornos como patrimônio, ainda que, como conjunto, fosse apenas reconhecido como componente de um bem cultural isolado. Essa perspectiva integradora trouxe uma nova discussão: a conservação integrada, valorizando a contextualização e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância da apropriação do sítio histórico por seus habitantes. A Carta de Petrópolis, publicada anos mais tarde, aborda a preservação e revitalização de centros históricos, reiterando que “o sítio histórico urbano é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação” (IPHAN, Carta de Petrópolis, 1987, p. 1). Também por ela se inicia uma abordagem mais ampla acerca do patrimônio. A carta defende a proteção não apenas para as edificações ou espaço, mas também para a vivência e valores atribuídos pela população, concebendo-a como um processo em constante transformação, sendo que “as construções antigas podem receber novos usos que correspondam às necessidades da vida contemporânea” (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975, p. 3). Usos esses que não devem ser exclusivamente culturais, que devem “abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural” (IPHAN, Carta de Petrópolis, 1987, p. 1). Usos que permitam maior apropriação do patrimônio, de modo a permanecer integrado à vida daqueles que o mantém. Entretanto, mesmo quando a Declaração de Amsterdã aborda o que deve ser preservado em termos de conjunto, menciona apenas os jardins históricos e não os espaços públicos.

Segundo a Carta de Florença, de 1981, que aborda a proteção dos jardins históricos: “Um jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal, conseqüentemente vivo, e como tal perecível e renovável” (ICOMOS, Carta de Florença, 1981 art. 2). A definição de praça, segundo Houaiss, Villar e Franco (2003 in Topalov *et al.*, 2014), é a “área urbana arborizada e/ou ajardinada [...] para descanso e lazer, jardim público”, ou seja, a praça é vista como jardim, mas o jardim acaba por não englobar a dimensão do espaço público, em sua acepção mais recente, cujos atributos incluem a mudança e a transformação constantes. Segundo a Carta de Florença: “O seu aspecto resulta de um equilíbrio perpétuo entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e decadência da Natureza e da vontade artística e compositiva que tende a perpetuar a sua condição” (ICOMOS, Carta de Florença, 1981, art. 2).

Tais definições são importantes para as questões a serem abordadas neste artigo já que os objetos em exame são praças, em que uma, em particular, é também conhecida como “parque” e que foi projetada como “jardim” frontal de um edifício cuja conspicuidade não deveria se perder. Ambos hoje são reconhecidos como Patrimônio Municipal, porém apenas o edifício é tombado. A busca de instrumentos para discutir uma categoria de espaço que não foi ainda devidamente contemplada na reflexão internacional sobre a preservação foi o mote para este exercício de estabelecer inter e correlações entre os diversos postulados das cartas internacionais. O que se pretende, em outras palavras, é também demonstrar que com os instrumentos e parâmetros hoje existentes é possível construir um quadro para interpretar os valores patrimoniais implícitos nos espaços públicos, para em seguida, utilizar as ferramentas existentes para preservá-los.

A Carta dos Jardins Históricos, ou Carta de Juiz de Fora, de 2010, transpôs para o Brasil a carta de Florença. Apesar de incluir na descrição de Jardins as praças, os parques e largos, não há cartas específicas para estes espaços. Esta carta aponta a proteção dos jardins históricos como um dos desafios atuais da preservação do patrimônio cultural:

*Considera-se Jardim Histórico os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres, e espaços abertos em meio a malha urbana, entre outros (IPHAN, Carta de Juiz de Fora, 2010, p. 2).*

Tal discussão se aproxima da Declaração De Xi’an, documento do ICOMOS, de 2005, que trata da conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Segundo a Declaração de Xi’an, o entorno contribui para a significação do patrimônio e sua caracterização como peculiar. Pode-se incluir aqui o jardim, pois “quer esteja ligado ou não a um edifício, do qual é um complemento inseparável, o jardim histórico não pode ser afastado do seu contexto urbano ou rural, artificial ou natural” (ICOMOS, Carta de Florença, 1981). Esse entorno, seja o meio natural ou o local de práticas, sociais ou espirituais, dentre outras atividades, são/foram responsáveis pela criação do espaço assim como seu contexto. Por isso “compreender, documentar e interpretar os entornos é essencial para definir e avaliar a importância como patrimônio de qualquer edificação, sítio ou área” (ICOMOS, Declaração de Xi’an, 2005, p. 2). Este conjunto de conceitos, portanto, é o que possibilita qualificar os espaços públicos aqui estudados como patrimônios, tanto por constituírem o entorno de edifícios patrimoniais, quanto por serem locais de práticas sociais, e por seu papel fundador do espaço, sendo exemplo o Parque Centenário.

O espaço público, neste trabalho definido como praça, apresenta uma pertinência de leitura, principalmente por suas relações de uso e com os edifícios patrimoniais aos quais esteve ligado desde o princípio, como no caso da Igreja Matriz, em que o largo já existia antes da construção da mesma.

Do ponto de vista da gestão da preservação urbana, a Carta de Petrópolis aponta uma série de procedimentos e instrumentos para a preservação de sítios históricos urbanos passíveis de serem utilizados também para os espaços públicos. Em especial, quando propõe a ação integrada dos órgãos federais estaduais e municipais e a participação da comunidade afetada nas decisões de planejamento, fortalecendo as formas de participação cidadã. Como instrumentos, a carta propõe a utilização de um conjunto de possibilidades e não uma única, começando pelo conhecimento da realidade e do acervo cultural e natural (em geral feito por equipes multidisciplinares), passando pela realização de um inventário com a participação da população, que implicam várias ações sobre o patrimônio identificado, tais como o tombamento, a aplicação de normas urbanísticas, a utilização de mecanismos de isenções e incentivos, a declaração de interesse cultural e, no limite, a desapropriação para utilização pública de um imóvel ou conjunto (IPHAN, Carta de Petrópolis, 1987).

Ainda segundo a Carta de Petrópolis, “a preservação do Sítio Histórico Urbano deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço” (IPHAN, Carta de Petrópolis, 1987, p. 2). A inclusão do entorno numa compreensão patrimonial demanda uma leitura mais apurada, principalmente pelo olhar multidisciplinar. Afinal o entorno também é palco da tradição cultural, dos rituais “e outros fatores [que] contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno” (ICOMOS, Declaração de Xi’an, 2005, p. 2). Exemplos são as manifestações culturais que ocorrem na cidade, tanto nas procissões religiosas, como a Procissão da Padroeira de Barra Mansa, que em seu itinerário integra desde o rio e os espaços públicos em seu trajeto até a Matriz, como no desfile cênico que integra os patrimônios da cidade colocando-os como personagem e não cenário.

Neste caso, a centralidade e o espaço são valores e, portanto: “deve-se gerir a mudança do entorno das edificações, dos sítios e das áreas de valor patrimonial de modo que seu significado cultural e seu caráter peculiar sejam mantidos” (ICOMOS, Declaração de Xi’an, 2005, p. 3), ou seja, deve-se manter a tradição mesmo com atualizações. O Palácio Guapy que foi reabilitado para se adequar aos programas de necessidades que foram requeridos ao longo de sua existência, também sofreu diferentes alterações quanto aos usos. Apesar das mudanças que ocorreram em

seu entorno, a condição de centralidade se manteve como valor importante para a proteção do mesmo. O jardim juntamente com outros edifícios de épocas diferentes, esse conjunto composto por arquitetura e espaço público, possui elementos que atuam de forma a favorecer sua preservação até o momento: a proximidade com o rio conserva o parque, a localização, que ainda é definida pela linha de trem, preservou a estação, e o caráter de centralidade preservou a ambos.

A Declaração de Amsterdã alerta para a diversidade dos espaços e a necessidade de tratá-los conforme suas especificidades, o que implicaria um exame crítico e uma adequação dos próprios instrumentos de planejamento para a preservação dos edifícios e conjuntos históricos, já que estes demandam regras particulares de organização para sua preservação (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975).

No contexto singular em que a cidade de Barra Mansa foi implantada, é interessante perceber a configuração linear que caracterizou os espaços entre rio e o relevo, entre rio e a estrada, que ao final definiu um núcleo histórico entre rio e ferrovia. Portanto: “a gestão deve definir as formas e as ações necessárias para avaliar, medir, evitar ou remediar a degradação, a perda de significado, ou a banalização e propor melhorias para a conservação, a gestão e as atividades de interpretação” (ICOMOS, Declaração de Xi’an, 2005, p. 3). Por outro lado, a capacitação de profissionais, a educação e sensibilização da população são fundamentais para “compartilhar os conhecimentos, assim como para favorecer as metas da conservação e incrementar a eficácia dos instrumentos de proteção, dos planos de gestão e de outros instrumentos” (ICOMOS, Declaração de Xi’an, 2005, p. 4). Para tal, segundo a declaração de Amsterdã: “a política de planejamento regional deve integrar as exigências de conservação do patrimônio arquitetônico e para elas contribuir” (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4).

O conjunto formado pelo Palácio Guapy, o Clube Municipal, a Estação e a Praça da Bandeira, que ainda é o mais significativo da cidade, por exemplo, ganha novos elementos quando seu entorno é ampliado e integrado no sentido linear com outras praças e vias importantes da cidade. A manutenção desta forma de ocupação histórica é um dos aspectos que garante as características peculiares deste centro em relação aos outros da região do Vale do Rio Paraíba. O primeiro desenho linear é dado pelo conjunto formado por Palácio, Parque, Estação e Clube, depois, a partir da conexão dos espaços públicos adicionados à matriz e ao largo, que em sua extensão público atingem e integram a praça da Liberdade, o cinema e a ponte. Essa seria uma forma possível de interpretar a morfologia a ser preservada nesses espaços, ou seja: “a experiência, o conhecimento e os instrumentos elaborados para a conservação individualizada de determinadas edificações, sítios e áreas, deveriam ser entendidos para a gestão de seu entorno” (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 2005, p. 4).

## Configuração dos espaços públicos de Barra Mansa

Ao longo de sua história, os espaços públicos da cidade de Barra Mansa constituíram-se de diferentes formas. Configuraram-se principalmente largos, que em geral são ocupados pela atividade comercial e praças com importantes edificações no entorno, em especial, as que se encontram em meio a atividades de uso misto: Praça da Liberdade, Praça Ponce de Leon (antigo largo da Matriz) e Praça da Bandeira, conhecida como Parque Centenário.

Nesse artigo, tomamos como exemplo as três praças mais tradicionais: O largo da Matriz, antigo Largo da Vila, o Parque Centenário, também conhecido como Praça da Bandeira e a Praça Dante da Fonseca, originalmente Praça da Liberdade.

As cartas patrimoniais ressaltam que o patrimônio deve ser resguardado para a preservação da identidade das comunidades, por meio de suas referências históricas e culturais, sejam elas materiais, imateriais ou em conjunto – como no caso das paisagens culturais. Um dos documentos mais importantes a ressaltar a importância de se considerar o patrimônio em seu sentido mais amplo é a Carta de Québec, de 2008, sobre a salvaguarda do “Espírito do Lugar”, cuja abordagem é muito importante para a análise das praças da cidade de Barra Mansa, especialmente no que diz respeito à sua construção por vários “atores sociais, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido”. Um dos aspectos fundamentais presentes nesta carta é a consideração da complexidade dos fenômenos que afetam os lugares na cidade contemporânea, uma vez que:

*Visto como um conceito relacional, o espírito do lugar assume ao longo do tempo um caráter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança, e de pertencer a grupos diversos. Esta abordagem mais dinâmica se adapta melhor ao mundo globalizado atual, caracterizado por movimentos transnacionais da população, relocação populacional, contatos interculturais crescentes, sociedades pluralísticas e múltiplas ligações ao lugar. [...] O espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais (ICOMOS, Declaração de Québec, 2008, p. 2).*

Segundo Fontes, “o espaço deixa de ser objeto quando ocorre algo que o transforma em um espaço habitado, que passa a fazer parte da memória coletiva do lugar” (Fontes, 2013, p. 28) ou como afirma Aldo Rossi (1995), a memória é parte da própria construção da cidade.

Na contemporaneidade a comunicação favoreceu o intercâmbio de informações entre as nações. Encontramo-nos em uma época na qual as fronteiras se desfazem e as experiências culturais são facilitadas. Não obstante, esse multiculturalismo também transforma valores e processos identitários locais. Desta forma, uma apreensão real sobre o local só é possível através do reconhecimento,

experimentação e inserção por meio do trabalho de campo. Ressalta-se a importância da pesquisa de campo enquanto método de investigação aplicado a estudos culturais, dada a complexidade dos objetos estudados.

Por isso ao propor-se o estudo dos espaços públicos de Barra Mansa, foi necessária a compreensão da cultura local, das vivências nos espaços, identificar memórias e experiências cotidianas. Entre diferentes cidades da região, Barra Mansa é exemplo do que ocorre em grande parte das cidades médias do sudeste, cujo centro principal foi alvo de grandes alterações, com a destruição sistemática do legado patrimonial. Apesar de sua relevância no passado, perdeu-se grande parte dos edifícios de valor para a memória e identidade coletivas, graças principalmente à ausência de políticas de preservação e de um sistema de gestão cultural.

Os três espaços públicos selecionados para análise possuem características distintas: um jardim do século XIX, implantado em frente ao edifício público da antiga câmara municipal, de autoria do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou; um largo em frente à Igreja Matriz da cidade, hoje Praça Ponce de Leon ou Praça da Matriz e a praça Dante da Fonseca, antiga Praça da Liberdade, que entre os três é o espaço que mais sofreu transformações ao longo dos anos, tendo sido completamente refeito (Figura 1).

A proposta de análise de três praças foi possível a partir da definição de aspectos similares para avaliação das mesmas: configuração, grau de importância, por refletirem a interação homem-meio ambiente e pelas formas de apropriação e uso pela população. Para tal, foram analisados aspectos como forma, concepção do traçado, disposição dos equipamentos, além das características arquitetônicas e de uso das fachadas limitantes e entornos imediatos (usos, alturas e estado de conservação).

## Descrição e análise das praças e suas envoltórias - Caracterização atual

### Largo da Matriz

A Praça Ponce de Leon, o antigo largo da Matriz, foi ajardinado em 1880, embora as obras da Matriz tenham se iniciado mais de quarenta anos antes. Em 1907, mudou a sua denominação. Atualmente destaca-se em seu entorno a presença da Maçonaria, que se instalou em Barra Mansa 1874 e passou a ocupar, em 1877, uma grande residência construída em frente à Matriz, que pertenceu a um capitão da guarda nacional (Figura 2).

O espaço que mais sofreu alterações ao longo do tempo, e também o mais antigo, é o que permanece mais tempo ocupado ao longo do dia. Pela manhã percebe-se uma ocupação, em média, de 60% por um público mais velho, predominantemente masculino. Para estes é o local de leitura diária do jornal ou o ponto de encontro para





**Figura 1.** Conjunto. Ampliação da imagem de satélite que mostra o recorte das Praças que são objetos de estudo desta pesquisa.  
**Figure 1.** Ensemble.

Fonte: Elaboração feita pelas autoras sobre imagem de satélite de 2002 fornecida pela PMBM.



**Figura 2.** Largo da Matriz.  
**Figure 2.** Largo da Matriz.

Fonte: Academia Barramansense de História (ABH), 1937

conversas. Isto faz com que cedo o engraxate já esteja posicionado para iniciar seu serviço.

A ocupação da praça na parte da manhã se estende até o outro lado da rua no antigo “Café Favorito”, hoje “Café Capital”, um antigo ponto de encontro da cidade, ainda em plena atividade. Os encontros ocorrem entre os que vão ali tomar café ou fazer um jogo, sob o primeiro edifício alto da cidade – o Pio XII, ou até mesmo comprar um bilhete da sorte antes de atravessar para engraxar os sapatos.

A ocupação da Praça Ponce de Leon vai aumentando com o passar do dia. Movimentada não apenas pelos que passam para ir à Igreja, inclusive nas missas do meio dia, mas como ponto de descanso e encontro daqueles que vêm ao centro da cidade. A ocupação no horário da tarde é quase completa, 90% dos espaços são ocupados com atividades. Alguns utilizam o espaço para descansar

após o almoço enquanto outros esperam passar o horário de maior movimento dos bancos do entorno.

É no período entre o final da manhã e o começo da tarde que novos ambulantes aparecem no local: artistas de rua, vendedores ambulantes de alimentos. Ou seja, há um conjunto de atividades e usuários bastante diverso, permanente e transitório. A praça tem uma dinâmica diferente das demais, sendo uma de suas principais características o fato de haver a presença de famílias, sendo também, de todas as estudadas, a mais frequentada (Figura 3).

À noite, entretanto, o movimento é mais fraco, sendo reduzido a 25 ou 30% de sua ocupação total, sendo mais ocupada sua porção central, ao contrário do que sucede ao longo do dia, em que os setores laterais são mais ocupados, por sua proximidade com as calçadas das quadras do entorno. A maioria dos vendedores ambulantes não permanece neste horário. Apenas os tradicionais pi-

poqueiros permanecem, motivados pelos frequentadores da Igreja Matriz, inclusive aos finais de semana nos mais diferentes horários. Ocasionalmente, durante a semana, a Igreja se transforma em sala de concertos, quando há apresentação da Orquestra Sinfônica de Barra Mansa, por falta de espaço adequado na cidade para esta atividade. A Orquestra, fruto de um projeto social da prefeitura chamado “Música nas Escolas”, foi eleita segunda melhor do país. Quando se apresenta na igreja, chega a atrair um público equivalente ao de grandes festividades.

A Rua Andrade Figueira, à esquerda na Figura 4, é a que recebe todos os anos, no mês de janeiro, a festa do Padroeiro de Barra Mansa, São Sebastião. Nestas ocasiões, o fluxo de veículos é fechado e são montadas barracas de apoio ao evento. Durante muitos anos esta tem sido uma das festas de rua mais tradicionais, tendo sido incluída inclusive no calendário do município. Além disso, ocasionalmente, esta praça recebe uma feira de artesanato e diariamente é ocupada por outras atividades como feiras, festividades, movimentações populares e até mesmo manifestações políticas.

A praça, apesar de possuir um entorno com predominância de serviços e moradia e de receber eventos tanto diária como ocasionalmente, está bem conservada. O monumento nela localizado, entretanto, foi alvo de pichações. Não há cuidado com o paisagismo e em meio aos canteiros existem ciprestes toscanos e moitas, a vegetação de forração não é tratada e se confunde com outras espécies que ali aparecem sem terem sido planejadas. Outro elemento que é constantemente alvo de vandalismo é o depósito de velas, que está sempre



**Figura 3.** Ocupação da Praça Ponce de Leon no período da tarde (2015).

**Figure 3.** Ponce de Leon Square occupation during the afternoon (2015).

Fonte: Foto das autoras.

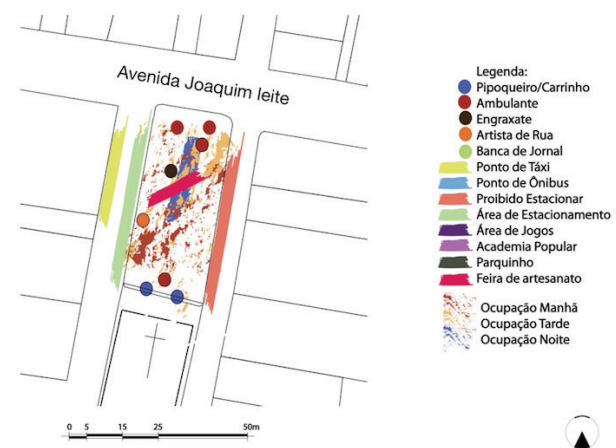
sujo e repleto de lixo. Portanto, embora seja um local que possui mais de 90% de seu espaço ocupado durante o dia, além de várias residências em seu entorno, é ainda bastante desprestigiado, tanto por parte dos frequentadores, como por parte da prefeitura, que não realiza uma manutenção adequada do local.

## Parque Centenário

O conjunto formado pela Praça da Bandeira e os edifícios em seu entorno é talvez a imagem mais representativa da cidade, por isso foi selecionado como objeto de estudo. A urbanização impulsionada pelo café resultou na composição de um conjunto arquitetônico que durante anos foi referência para outros núcleos urbanos, e até hoje é considerado por muitos habitantes como a ‘imagem’ mais representativa da cidade (Moreira, 2002). É composto pelo Palácio Guapy – antiga sede da Câmara Municipal de Barra Mansa, uma antiga residência – hoje Clube Municipal - a antiga estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, e a Praça da Bandeira ou Parque das Preguiças. Encontram-se neste conjunto os dois únicos bens tombados pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro) na cidade, o Palácio Guapy e a Antiga Estação (Figura 5).

Quando Auguste François Marie Glaziou foi chamado para projetar a Praça da Bandeira - que está separada da estação apenas pela linha férrea - ele estava também envolvido com a construção do Campo de Santana, no Rio de Janeiro.

A área onde foi implantado o projeto era um brejo, e o terreno havia sido abandonado pelo antigo proprietário. A presença de insetos incomodava o legislativo, que considerava inadequada a existência de local tão insalubre em frente à Câmara Municipal da cidade (Almeida, 1932).

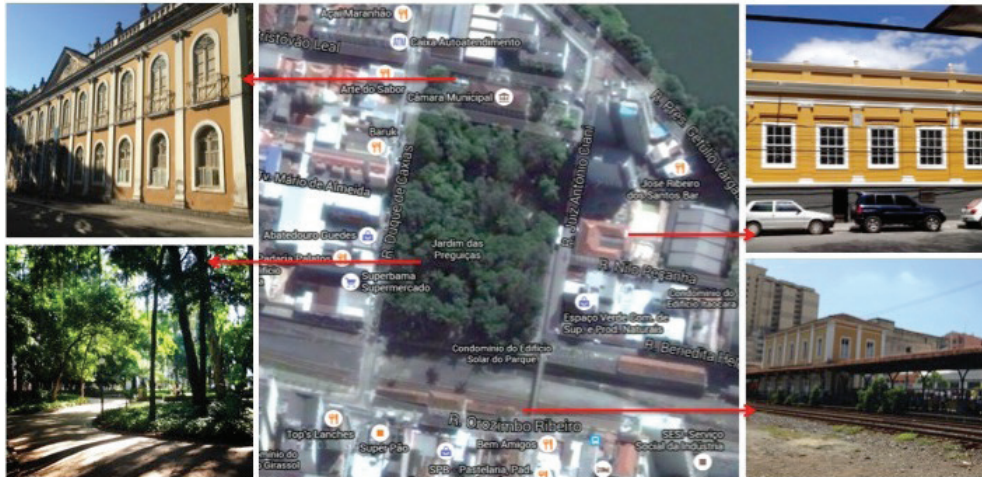


**Figura 4.** Entorno imediato da Praça da Matriz.

**Figure 4.** Matriz Square and its surroundings.

Fonte: Planta Cadastral cedida pela PMBM modificada pelas autoras.





**Figura 5.** Conjunto arquitetônico. O parque centenário e seu entorno edificado. Palácio Guapy, Clube Municipal, a Antiga Estação e o interior do Parque.

**Figure 5.** Architecture Ensemble. Centenário Park and its surrounding buildings – Palácio Guapy, Clube Municipal, Antiga Estação and view inside the Park.

Fonte: Google Maps e fotografias das autoras (2014-2015).

O conjunto, que hoje constitui um dos principais perímetros históricos da cidade, é integrado pela praça que, assim como a da Liberdade e a Ponce de Leon, também é constituída por um entorno patrimonial. Entretanto, as intervenções realizadas nestes espaços nunca consideraram o conjunto construído como um valor pela paisagem formada, tendo sempre sofrido intervenções de forma isolada, ora nos edifícios ora na praça, mas nunca no conjunto de forma integrada.

Atualmente, em frente a Jardim das Preguiças ou Parque Centenário, situa-se o Corredor Cultural, numa rua que já tinha seu uso dedicado de forma exclusiva ao lazer aos finais de semana e que recentemente foi fechada para os veículos de forma definitiva para usos culturais diversos.

Nos dias em que ocorrem feiras há intenso movimento no Corredor Cultural. A Feira Livre ocorre nas manhãs de quarta-feira e, recentemente, uniu-se a ela a feira de orgânicos que costuma ocupar também a gare da estação nos demais dias. A feira divide o espaço com ambulantes que já estavam instalados ali. Há um projeto para que a rua, que hoje é asfaltada, seja elevada para o nível do piso do palácio fazendo a integração deste com o parque através de um fechamento por grades, recebendo o nome de Passo da Cultura (Fundação de Cultura).

Também nas manhãs de domingo o local recebe uma feira, que ficou conhecida popularmente como Feira da Preguiça. Trata-se de uma feira de artesanato criada através do decreto no. 3994 de 26/03/2003, que ocupa calçada do portão principal do parque nos primeiros e terceiros domingos de cada mês, juntamente com outras atividades esporádicas que ocupam o corredor, como a feira do livro espírita.

A lateral esquerda do parque está bastante prejudicada, pois aí localiza-se a maior parte dos estacionamentos. Além da concentração excessiva de pessoas e do grande número de lavadores de carros, fruto do deslocamento da atividade de outros pontos do centro, o calçamento está em más condições, os equipamentos foram depredados, como os parquímetros e bancos recém instalados. A área do parque apresenta sérios problemas sociais, com a presença de pessoas em situação de rua, prostituição e consumidores de drogas. Alguns moradores evitam passar pelo seu entorno à noite. Após a construção da academia, ao lado do palácio, entretanto, houve uma mudança de frequentadores, sendo afastada a maior parte dos que ali apenas permaneciam porque a praça era pouco frequentada. Com isso, o movimento voltou a crescer no corredor cultural, com o retorno do comércio ambulante inclusive durante parte da noite.

Pela manhã e à tarde nota-se a presença de estudantes, que promovem encontros com amigos. A proximidade com o Colégio Estadual Barão de Aiuruoca já fez com que o parque abrigasse as atividades de educação física dos alunos, porém a prática não é mais realizada.

O parque tem a entrada controlada de pessoas, com horário de abertura e fechamento. Esses horários foram definidos a partir do seu gradeamento. Pela manhã é usado para a prática de atividades físicas, porém é mais usado à noite.

É também pela manhã que os grupos de idosos fazem ginástica, acompanhados por professores vinculados a um projeto da prefeitura. Esses grupos se encontram em diferentes espaços públicos da cidade. Além dos idosos que fazem uso do espaço duas vezes por semana, outros grupos pequenos praticam corrida ou outras atividades junto a treinadores profissionais particulares.

Adjunto do Parque existem academias populares. Porém, recentemente, em uma das praças anexas ao Palácio Guapy foi instalada uma academia cujo projeto gerou controvérsia, por se tratar de uso de verba pública, que ao invés de ser investida no restauro e preservação do próprio Palácio foi investida em um projeto que o afetou esteticamente e implicou na expulsão dos moradores de rua ali presentes. A revitalização da praça ao lado do palácio e a iniciativa da prefeitura de disponibilizar professores para liderar grupos nas atividades, atraíram uma grande quantidade de pessoas para o espaço, mesmo que por um curto período do dia, pois seu uso foi amplamente difundido, principalmente porque há equipamento de apoio para a realização destas práticas.

Junto da academia popular e do parquinho encontra-se a área de jogos. São mesas e bancos de concreto que atraem aposentados e idosos ao longo do dia. Logo cedo, por volta das 8 da manhã, 90% das mesas já estão ocupadas. São idosos, a maioria do sexo masculino, que se reúnem para jogar carteadado, dama ou xadrez, e acabam por atrair pessoas que estão de passagem. Este quadrante específico da praça chama a atenção pelo contingente de pessoas que ali permanecem, pois contrasta com o resto do espaço. Outro ponto bastante ocupado é o terminal de ônibus que no mesmo horário recebe grande quantidade de pessoas, que chega a ocupar 50% dos bancos dos pontos de ônibus ali disponíveis.

Ao contrário da animação promovida pelos aposentados, as crianças não estão tão presentes. O parquinho está em mal estado de conservação, o escorregador não possui mais rampa e resta apenas o balanço. São raras as crianças que permanecem ali, e quando estão acabam por fazer uso dos equipamentos da academia popular como brinquedo.

Por isso, é nesse reduto que os ambulantes se instalam: são vendedores que ficam próximos à travessia da linha de trem, localizados ao final da alameda Glaziou ou próximos à área de jogos, assim como outros que se fixam junto ao ponto de ônibus, e se misturam aos passageiros. Mas é no período da tarde que o comércio ambulante se intensifica, por volta das 16h, quando o terminal de ônibus opera em sua capacidade máxima. Quase não se encontram lugares para se sentar nos pontos de ônibus, que recebem ônibus de linhas vindas do município vizinho e os inter bairros. Isto afeta bastante a circulação dos transeuntes que, em geral, têm que disputar o espaço com o terminal e o parque, com carrinhos de picolé, pombos, lixeiras e outros equipamentos.

As mesas de jogos passam a ser mais disputadas no período da tarde. Apesar do mal estado de conservação do local, já que a passarela próxima é usada como mictório pelos mendigos e não sofre intervenção há muito tempo, o espaço nunca está vazio. Dado o fluxo de pessoas que por ali passam ou permanecem, o local se tornou atrativo para ambulantes.

É possível observar que as partes sombreadas da praça são as preferidas para os momentos de contemplação

dos idosos. Alguns estudantes estão ali presentes, em geral, esperando o horário da aula. As preguiças atraem grande número de espectadores quando resolvem descer ao solo, muitas vezes tendo de ser resgatadas pelos guardas, pois acabam fugindo dos limites do parque. Contudo, a maioria dos frequentadores está ali em horário de almoço. É raro, no horário entre 14 e 16 horas, encontrar alguém praticando esporte no local. A maior movimentação é dos próprios ambulantes que começam a se instalar neste horário à espera dos fregueses, que em sua maioria já são amigos, frequentadores assíduos do local.

À noite o espaço ganha vida interiormente. Os frequentadores se reúnem próximo ao coreto, famílias se encontram perto do portão principal com seus bebês. Grupos praticam intensa atividade física no interior do parque e a academia, cujo uso é controlado - apenas permitido com a presença de um instrutor - opera com sua capacidade máxima assim como no período da manhã, enquanto a academia popular, localizada na Alameda Glaziou, e que não possui instrutor, tem apenas 40 ou 50% de sua capacidade utilizada. À noite, a área de jogos tem seu movimento reduzido à metade. Os frequentadores se reúnem próximos aos ambulantes, que são substituídos pelos skatistas no final da noite, após cessar o movimento no terminal.

### **Praça da Liberdade**

A Praça da Liberdade está localizada próxima à Ponte dos Arcos, cartão postal da cidade. É a praça que mais sofreu alterações em seu desenho desde o projeto inicial que data da década de 1960 (Figura 6), que começou como um pequeno jardim, nos moldes franceses, e atualmente encontra-se pavimentada de azulejos (Figura 7).

A praça é o lugar de atos cívicos, como a comemoração do aniversário da cidade e os eventos do dia 7 de setembro. Além disso, recebe shows e tem um uso intensivo por conta da Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade, que expõe ali os prêmios, instalando palcos para os sorteios.

Mesmo tendo sido recentemente reinaugurada, pela manhã, tem uma ocupação de apenas parte de seu espaço, cerca de cinco a dez por cento de sua capacidade, sendo geralmente ocupada pelos motoristas de taxi que ali permanecem. Devido à sua localização, é mais usada como um ponto de passagem do que como um espaço de permanência, neste horário do dia, tanto dos que vêm do outro lado da ponte em direção ao centro, como dos que descem no ponto de ônibus em frente à mesma.

Por estar ao lado de uma edificação em altura, é notável como a sombra produzida na parte da tarde influencia sua ocupação. No período da tarde, apesar de ser a praça mais agradável em termos de clima, uma vez que tem uma fonte e recebe uma brisa vinda do rio, as pessoas permanecem apenas na parte sombreada da praça. Com uma taxa de ocupação de sua área total variando entre 40





**Figura 6.** Praça da Liberdade, década de 1960.

**Figure 6.** Liberdade Square, 1960s.

Fonte: Academia Barramansense de História (ABH).



**Figura 7.** Vista da Praça Dante da Fonseca/Praça da Liberdade (2011).

**Figure 7.** View of Dante da Fonseca Square/Liberdade Square (2011).

Fonte: PMBM.

e 60%, os frequentadores ou permanecem sob a sombra do imóvel localizado em frente ou nos bancos ligeiramente sombreados pelas árvores ali presentes.

O público é bem diversificado. São pessoas que desfrutam o horário de almoço, alguns descansam após fazer compras e outros esperam o próximo ônibus. À noite o público é consideravelmente reduzido, apenas 20% da praça é ocupada. O que atrai frequentadores neste horário são os eventos promovidos pela prefeitura ou pela Câmara de Dirigentes Lojistas, que no natal, por exemplo, chega a montar a casa do Papai Noel, uma cenografia que atrai um público grande, principalmente de famílias. É ali também onde são realizados os sorteios promovidos pelos comerciantes em datas comemorativas.

Tendo em conta a conformação física e histórica do espaço central da cidade e a dinâmica de usos e ativi-

dades que ocorre nas praças estudadas, é possível refletir sobre a falta de instrumentos e procedimentos de gestão para conservá-las.

Na prefeitura de Barra Mansa há muitas secretarias envolvidas com a preservação do patrimônio. A Fundação de Cultura de Barra Mansa é a responsável pelos projetos feitos para salvaguardar a memória e história do município, além de criar os programas e otimizar o uso dos equipamentos culturais por meio da gestão de eventos e a gerência de cultura, entre outros procedimentos. Porém, as feiras que ocorrem nos espaços públicos, assim como os eventos, são gerenciadas por outras secretarias: a feira livre fica a cargo da secretaria do Desenvolvimento Rural e o projeto do artesanato é gerido pela de Desenvolvimento Econômico. Ou seja: quando relacionadas à preservação patrimonial existe uma sobreposição de ações, uma vez que elas não estão concentradas em um único órgão. A começar pelos registros inexistentes ou insuficientes acerca da documentação do patrimônio da cidade na própria Fundação Cultura, somado à falta de projetos condizentes com a realidade, uma vez que as verbas não têm sido destinadas para projetos prioritários. Além disso, não há ligação ou interlocução com outras instituições ligadas à cultura, como a Academia Barramansense de História, por exemplo, que poderia fomentar discussões e intercâmbio de materiais e ideias.

## Conclusões

Apesar da não existência de políticas para o gerenciamento apropriado do patrimônio é notável o valor patrimonial do conjunto urbano barramansense, aqui incluídos os espaços públicos – objetos deste trabalho – uma vez que alguns dos componentes do conjunto são reconhecidos como patrimônio estadual antes mesmo de serem reconhecidos como patrimônio municipal, como no caso do Palácio Guapy.

Conforme se evidenciou neste artigo, resgatar o espírito dos lugares, assim como a memória e os valores da vida urbana passam pela consideração do valor dos espaços públicos como elementos fundadores e estruturadores do desenho urbano e da vida social. Além disso, tendo em vista a importância de tratá-los como conjunto formado por espaço de circulação, permanência e atividades públicas e entorno construído, é necessária igualmente a consideração de um conjunto de valores associados, anteriormente concebidos isoladamente para cada categoria de bem, edifícios, conjuntos históricos, lugares, paisagens, de forma a induzir novos procedimentos por parte das gestões em todos os níveis.

Em outras palavras, retratar a história e a memória social de uma cidade ou comunidade, de forma a mantê-la viva, incorporando novos valores que se produzam ao longo do tempo, demanda ações para além de um projeto técnico de conservação integrada. É necessário que as

premissas de atribuição de valor sejam permanentemente ampliadas e revistas pela sociedade.

## Referências

- ALMEIDA, A.F. de. 1932. *Barra Mansa, memória comemorativa do 1º centenário*. Rio de Janeiro, 37 p.
- FONTES, A.S. 2013. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 372 p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). 1987. *Carta de Petrópolis*. Petrópolis, IPHAN, 2 p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). 2010. *Carta de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, IPHAN, 13 p.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). 1975. *Declaração de Amsterdã*, ICOMOS, 10 p.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). 1981. *Carta de Florença*. Florença, ICOMOS, 5 p.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). 2008. *Declaração de Québec*. Québec, ICOMOS, 4 p.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). 2005. *Declaração de Xi'an*. Xi'an, ICOMOS, 4 p.
- MOREIRA, A.A. 2002. *Barra Mansa: Imagens e Identidades Urbanas*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 162 p.
- ROSSI, A. 1995. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 309 p.
- TOPALOV, C.; BRESCIANI, S.; COUDROY DE LILLE, L.; RIVIÈRE D'ARC, H. (orgs.). 2014. *A aventura das palavras da cidade. Através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo, Romano Guerra, 696 p.
- UNESCO. [s.d.]. O Patrimônio: legado do passado ao futuro. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: 13/12/2015.

Submetido: 15/12/2015  
Aceito: 05/01/2017